

## **Articulação entre o pré-escolar e o primeiro ciclo: fator de continuidade educativa**

**Maria Rosa de Magalhães Pipa**

Mestre em Administração e Planificação da Educação  
Educadora de Infância do Quadro de Escola do  
Agrupamento de Escolas de Cabeceiras de Basto

[rosa\\_pipa@hotmail.com](mailto:rosa_pipa@hotmail.com)

### **Introdução**

Falar de continuidade educativa como fundamento de uma educação básica de qualidade implica, antes de mais equacionar todo um vasto conjunto de proposições, de entre as quais assume relevo primordial a contextualização que atualmente assumem no sistema educativo português os subsistemas educativos referentes à Educação Pré-Escolar e ao 1º Ciclo do Ensino Básico.

De facto, se pretendermos encarar a educação como um processo contínuo e continuado ao longo da vida temos de o encarar em todos os seus momentos mais marcantes, desde o início, procurando a idiossincrasia específica de cada um dos elos que a suporta, lhe dá consistência, unidade e vitalidade.

Desde a promulgação da Lei de Bases do sistema Educativo, em 1986, que a Educação Pré-Escolar começou a ser encarada como a primeira etapa de uma educação básica, continuada necessariamente no Primeiro Ciclo do Ensino Básico. Encarado inicialmente como ciclo único da educação básica, o primeiro ciclo passou depois para ciclo inicial, transformando-se, com a promulgação da Lei de Bases e com a progressiva generalização da Educação Pré-Escolar em “ciclo intermédio de educação básica, (...) perdendo assim em primeiro lugar, a própria iniciativa à vivência na escola” (Formosinho, 1998, p.16).

Assim sendo, infere-se então que o início da educação formal do indivíduo já se não encontra dentro das vetustas paredes das escolas primárias, passando antes para as coloridas salas do jardim de infância.

Tal realidade, desde logo pressupõe, por isso, uma continuidade educativa entre a educação Pré-Escolar e o Primeiro Ciclo, já que este agora é o ciclo intermédio da Educação Básica e aquela a sua iniciação. Esta continuidade, no entanto, se parece fruto de uma inferência lógica, nem sempre se apresenta linear, antes encontra, na realidade, um conjunto de obstáculos e constrangimentos.

De facto a tradição e a prática instituídas e vigentes durante várias gerações consolidaram uma efetiva descontinuidade que, na sua conceção mais lata, constitui um dos efeitos visíveis de uma tradição e de uma prática perfeitamente instituídas.

*Descontinuidade nas intencionalidades e finalidades a atingir, nas organizações curriculares, nos esquemas organizativos e funcionais de suporte, na formação, atitude e práticas dos profissionais, nas próprias culturas pedagógicas, na valorização social (Monge, 2002, p.27).*

Face a esta realidade parece-nos importante refletir sobre continuidade e articulação entre a Educação Pré-Escolar e o Primeiro Ciclo do Ensino Básico, procurando estratégias conducentes à ultrapassagem de toda uma descontinuidade que, mais do que a própria tradição, é fruto do espírito e práticas da escola da modernidade.

Daí que equacionar a articulação entre a Educação Pré-Escolar e o Primeiro Ciclo do Ensino Básico implique, antes de mais, acentuar a relevância que, num percurso formativo, as aprendizagens efetuadas nestes dois níveis assumem, a própria prioridade que em termos de orientações educativas lhes é concedida, enquanto alicerces de uma educação básica de qualidade. Por outro lado, ao situar esta problemática, *“há que diferenciar o atual contexto de inserção dos reflexos de toda uma tradição, evidenciando, nas especificidades que os caracterizam, as bases das mudanças necessárias”* (Silva, 2002, p.27).

Mudanças que as progressivas reformas implicam e exigem pois que não é possível a vivência no mesmo *território educativo*, sob a égide do mesmo Projeto Educativo do Agrupamento, desenvolver uma prática educativa desconexa, desarticulada, descontinuada.

Desenvolver uma articulação, no entanto, não significa equalização, antes exige o conhecimento e respeito da e pela especificidade de cada um dos subsistemas. Assim, se, por um lado, o Primeiro Ciclo do Ensino Básico se apresenta como o primeiro momento de escolarização formal, a Educação Pré-Escolar não pode ser confundida *“como uma extensão para a base da escolaridade obrigatória ou mesmo que se centre na preparação para o nível seguinte”* (Serra, 2004, p.17). Cada um dos subsistemas tem uma idiosincrasia própria, que a

articulação exige que se respeite, *“na procura de mecanismos de articulação entre as duas realidades, para que se não aprofundem descontinuidades relativamente ao trabalho realizado em cada um dos níveis”* (Ibidem). Uma educação de qualidade tem de assentar numa continuidade devidamente articulada, resultante da coordenação conjunta e da valorização de experiências anteriormente adquiridas que, comungadas num processo de reflexão-ação serão o elemento aglutinador de uma nova perspetiva educativa, de uma educação de efetiva qualidade.

Tal reflexão, no entanto, pressupõe, à partida, explicitação de opções e posicionamentos condicionantes do contexto de continuidade educativa e de que, com Silva (2002, p.28), não podemos esquecer:

- Assumir, explicita e inequivocamente a Educação Pré-Escolar como primeira etapa de uma educação básica, o que implica, desde logo, uma maior relevância e valorização a este subsistema educativo, quer no seu enquadramento, quer em termos de ordenamento jurídico e de orientações curriculares;
- Os novos modelos organizacionais, favorecedores de uma maior integração e articulação, na medida em que integram os diversos centros educativos num mesmo território, num mesmo projeto educativo, numa unidade de gestão comum e numa mesma gestão de recursos e meios;
- A importância dos contextos locais, enquanto territórios de desenvolvimento curricular (Zabalza, 1992), enquanto espaços produtores de inovações instituintes (Canário, 1992);
- A conceção de currículo como projeto formativo integrado, fruto de uma construção assente num processo de tomada de decisão contextualizadas e que ocorrem em diferentes níveis e contextos (Zabalza, 1992; Costa, 1995; Pacheco, 1996),

possibilitando assim a expressão da identidade e da especificidade de cada escola;

- A continuidade educativa, *“na perspectiva da globalidade que lhe está inerente, a situar-se no referencial curricular orientador, no contexto organizacional, nas práticas e atitudes dos profissionais”* (Silva, 2002, p.28).

Só assim se conseguirá, cremos, uma efetiva continuidade e articulação educativas, base de uma educação de qualidade, que não pode esquecer os diversos agentes educativos, nem o modo ou as estruturas de como eles devem partilhar as suas reflexões, experiências, receios e conquistas. A Educação Pré-Escolar é o primeiro momento da educação formal, mas teve já, a seu montante todo um processo educativo levado a cabo pela família, processo esse que se não pode ignorar, pois é nele que assentam grande parte das significâncias sustentadoras da aprendizagem da criança, o seu verdadeiro *“currículo oculto”* (Costa, 2005, p.65). Com efeito, a transição de um contexto educativo para outro novo contexto requer troca de informação, comunicação bilateral, confiança mútua entre todos os intervenientes: criança, pais, educadores e professores. Esta transição *“que podemos denominar de ecológica, do tipo dual, é muito importante e pode constituir-se como facilitadora ou inibidora do modo como a criança pode vir a agir, viver e a aprender na escola do primeiro ciclo”* (Marchão, 2002, p.37). Na verdade, não podemos esquecer que grande parte do potencial de desenvolvimento *“é função do número de ligações de segurança e apoio existentes entre o contexto/jardim-de-infância e o contexto/escola do 1º Ciclo, bem como entre estes contextos e a família”* (Ibidem).

Ora tal sentimento de securização da criança é fundamental para as suas aprendizagens e desenvolvimento emocional,

bases inquestionáveis de uma educação de qualidade: A inteligência emocional é responsável pelo desenvolvimento equilibrado do indivíduo, por grande parte do seu sucesso, pelo que esta partilha conjunta, de que nos fala Marchão, assume contornos de importância extrema, pois pode ser fonte do equilíbrio desenvolvimental.

Procurando, pois analisar até que ponto é que a continuidade e articulação educativas fundamentam uma educação de qualidade, elaboramos o presente estudo teórico.

### **Articulação e continuidade educativa**

Existe uma relação de continuidade entre duas coisas quando há algo de uma que se continua na outra (Lebrero, 1998, p.276). Deste modo, continuidade implica uma permanente dialética entre o passado e o presente, entre competências adquiridas e a adquirir ou desenvolver, entre estruturas que, helicoidalmente, se apoiam e consolidam.

São poucos, hoje em dia, os que não reconhecem a importância da educação pré-escolar como base inquestionável de uma educação básica de qualidade, como primeiro momento de um processo contínuo e continuado. Ela constitui, com efeito, o suporte de todas as aprendizagens, podendo comparar-se aos alicerces de qualquer construção, indubitavelmente a parte mais importante de qualquer edifício ou processo. É o que pode depreender-se, por exemplo, do “Documento de Trabalho” do Ministério da Educação/Direção do Ensino Básico, que deu origem às Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (1997) quando refere que:

*a política atual para a educação pré-escolar encara-a como primeira etapa de educação básica, prevendo uma maior aproximação entre a educação pré-escolar e o 1º Ciclo do ensino básico (1986, p.10).*

A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, Lei nº 5/97 de 10 de fevereiro, vai precisamente no mesmo sentido, quando define este ciclo de ensino como sendo “*a primeira etapa da educação ao longo da vida, sendo complementar da educação da família*” (Artº.2) com o objetivo fundamental de favorecer o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade, como ser livre, autónomo e solidário, contribuindo igualmente para a “*igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem*” (Artº.10º).

O jardim-de-infância, tal como hoje o conhecemos, apesar da sua história recente, assume indubitável e relevante papel no panorama educativo. É ele o espaço privilegiado para que as crianças desenvolvam as condições favoráveis para as aprendizagens futuras, estimulando a curiosidade e o desejo de aprender, que favorecerá certamente o sucesso escolar no 1º ciclo. Deste modo, a frequência do pré-escolar apresenta-se, à partida, como corolário de melhores resultados escolares futuros, melhor relacionamento com os outros, o que acabará por refletir-se no seu desenvolvimento global, favorecendo uma evolução mais harmoniosa, tanto a nível cognitivo como afetivo, social e psicomotor (Lebrero, 1998, p.36). Tal perspectiva é consolidada pelo Decreto Regulamentador da Lei 5/97, Lei 147/97 de 11 de junho, que no seu preambulo afirma que:

*pré-escolar tem vindo a adquirir, progressivamente, uma relevância significativa no âmbito das políticas educativa, social e económica, dos países da União Europeia. Esta tendência associa-se a resultados positivos da frequência da educação pré-escolar, comprovadas em pesquisas*

*científicas recentes, designadamente: o desenvolvimento equilibrado da criança numa idade em que esse processo é decisivo; uma escolarização bem-sucedida, confirmada pela redução do número de retenções no percurso escolar...*

Daqui pode inferir-se que quando as crianças, por qualquer motivo, não têm acesso à educação pré-escolar poderão apresentar, à partida, um handicap em direção à meta do sucesso escolar tão desejado por todos os intervenientes nesse complexo processo de ensino/aprendizagem, poderão espelhar maiores dificuldades no desempenho de um conjunto de competências que a escola futuramente lhe solicita e exige, o que faz com que *“as políticas educativas não só procurem a generalização da educação pré-escolar, enquanto primeira etapa da educação básica”* (Ibidem). Com efeito, só assim se conseguirá a construção articulada do saber, onde os diversos momentos formais da sua aquisição e implementação não devem ser encarados como compartimentos estanques, mas antes como algo globalizante e integrado.

É a consciência da importância da educação pré-escolar no desenvolvimento das competências básicas para uma educação básica de qualidade e a necessidade da sua integração articulada no processo de aprendizagens subsequentes quem efetivamente me motiva para o presente trabalho. Com efeito, os vários anos de exercício profissional como educadora de infância têm consolidado tal perceção, têm despertado a atenção para a necessidade de um processo integrado e integrador, que só uma continuidade educativa pode propiciar.

E se é certo que a implementação dos agrupamentos de escolas, com uma maior vivência e partilha de experiências tem avivado tal constructo, não deixa de ser também uma realidade que, na prática, muitas vezes a educação pré-escolar



continua isolada dos outros subsistemas educativos, negando-se assim o seu idiossincrático carácter de efetiva primeira etapa de um processo educativo que se prolonga no tempo e que exige uma continuidade estrutural, sem a qual se perderá o verdadeiro sentido de todo o processo educativo do homem da pós-modernidade.

O sistema educativo de hoje assenta em pressupostos que exigem uma continuidade educativa. Com efeito, cada vez mais obsoletos e sem nexos se apresentam as racionalizadas divisões dos saberes, propostas pela modernidade, onde cada nível educativo, se apresenta com uma identidade própria alheia à dos níveis antecedentes e consequentes. Hoje, o entendimento que se perfila, é o de um processo contínuo onde diversos momentos complementares se entrecruzam numa cooperação e articulação de continuidade.

Nesta perspetiva e tendo como parâmetro referencial o sistema educativo, poderíamos compará-lo com a construção de um edifício, onde a educação pré-escolar se assumiria como os pilares do mesmo, surgindo depois os níveis seguintes como os andares neles assentes, numa harmonia tal, que pudéssemos encarar o produto final como algo de harmonioso, esteticamente atraente, equilibrado e com racionalidade.

No entanto, admitir tal continuidade e necessidade de articulação e ajustamento não significa que cada nível não mantenha a sua própria identidade. Pelo contrário, falar de continuidade, para além de implicar encarar o processo como um todo harmonioso, onde cada parte se implica e complementa, significa dizer:

*que a educação pré-escolar não está isolada do sistema educativo, não significa que não tenha, como cada nível do sistema, objetivos, conteúdos e métodos próprios. Não se pretende que a educação pré-escolar seja uma extensão para a base da escolaridade obrigatória ou que se centre na*

*preparação para a escola, mas antes (...), que constitua a estrutura fundadora e de suporte de uma educação e formação ao longo de toda a vida (ME/DEB, 1996, p.11).*

O isolamento que até bem pouco tempo caracterizava a educação pré-escolar e o primeiro ciclo apresentou-se, durante muito tempo, como fator de descontinuidade educativa, como consolidador de uma mentalidade e cultura educativa em que cada subsistema era olhado como isolado como elemento independente, sem articulação mútua.

Tal realidade vem-se alterando progressivamente, nomeadamente após a criação dos territórios educativos ou agrupamentos de escolas. O contacto entre os docentes dos dois subsistemas, nos conselhos de docentes dos agrupamentos, vem contribuindo para um novo modo de entender a necessidade de uma continuidade, de uma articulação educativa.

A perceção comungada de que há uma diferença entre as crianças que conseguiram frequentar a educação pré-escolar e as que não conseguiram, acaba por consolidar a necessidade de uma prática educativa de continuidade, de uma efetiva articulação no desenvolvimento curricular, criando-se assim as bases de uma educação de qualidade, gerando-se melhores condições para o sucesso escolar, para uma educação mais consolidada e integrada.

Neste domínio, inúmeros são os autores que revelam a importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento de aprendizagens e competências. Gabriela Portugal, por exemplo, afirma-nos a tal propósito que:

*os profissionais do desenvolvimento humano sabem que o sucesso escolar depende em grande parte de um conjunto de experiencias vividas durante os três primeiros anos de vida. Essas experiencias não se traduzem propriamente num conjunto de saberes factuais, nem tem a ver com a capacidade de ler ou de conhecer letras, nem com a*

*familiaridade com números ou cores. Dizem sobretudo respeito às características das crianças que, independentemente do seu background, chegam à escola curiosas, confiantes, conhecedoras dos comportamentos que são esperados da sua parte, com segurança suficiente na procura de ajuda, capazes de se relacionarem com os outros – qualidades largamente desenvolvidas, ou não desenvolvidas nos primeiros anos de vida (Portugal, 2002, p.10).*

Tal processo de desenvolvimento, no entanto, não poderá ser enquadrado em estádios estanques, em subsistemas educativos e educacionais racionalistamente impermeabilizados, distanciados, como pretendia a escola da modernidade (Costa, 2000, p.108). Tal processo tem de ser uno e único, embora com etapas complementares, numa perspetiva global de um ser que se desenvolve, de uma unidade pessoal que se constrói na interação com os Outros. Para tal, não podemos ignorar nunca o anterior nem o subsequente. O anterior, porque nos dá raízes, pontos de referência; o subsequente porque nos aponta metas, qualidade a alcançar.

O ato educativo tem de ser encarado como um ato global e uno, onde cada interveniente e subsistema educativo não é mais do que uma parte de um todo, como um organismo onde cada órgão tem a sua especificidade, mas tem de colaborar em uníssono com os outros para a boa harmonia do corpo.

Ora dentro do sistema educativo português, o primeiro momento da educação básica é, efetiva e normativamente a Educação Pré-Escolar. É nela que se lançam as bases de consolidação e desenvolvimento de um saber iniciado na família e que vai ser continuado no Primeiro Ciclo do Ensino Básico, etapa educativa seguinte, que não pode, nem deve esquecer todo o processo educativo anterior, antes se deve apoiar e suportar nele para desenvolver competências e

conhecimentos adquiridos e desenvolvidos. Para que tal continuidade educativa se processe, no entanto, impõe-se uma articulação sistémica e sistemática, que dê sentido à educação enquanto processo global e globalizante, unificador e consolidador das aprendizagens do indivíduo. Cada nova etapa educativa não deve esquecer o que a ela jusante se processou, sob o risco de esquecer toda a riqueza de um numeroso e diversificado conjunto de conhecimentos que estruturam uma própria personalidade, configuram uma identidade pessoal.

Sendo uma unidade, a educação do indivíduo implica um processo contínuo e continuado ao longo da vida, harmonioso e estruturado nos diversos momentos que o comportam, com estratégias que, sem perder a sua especificidade e identidade, devem contribuir para manter coesão e unidade, para fundamentar uma indispensável e imprescindível articulação entre as diversas partes, e neste caso, entre a Educação Pré-Escolar e o Primeiro Ciclo (Zabalza, 1992; Hohmann e Weikart, 1997; Lebrero, 1998; Ginja, et al., 2000; Costa, 2002; Marchão, 2002; Monge, 2002; Silva, 2002; Vasconcelos, 2002; Serra, 2004).

Tal continuidade e articulação apresenta-se como um dos pressupostos de uma educação de qualidade, abrangente não só dos momentos formais de escolaridade, como de todo o processo educativo ao longo da vida do indivíduo, como condição de um *saber*, efetivo fundamentador de um *saber-ser*, sustentador de todo o sucesso escolar, pessoal e social do indivíduo (Fonseca, Varela de Freitas, Barroso e Sequeira, 1998; Marchesi e Gil Hernández, 2003; Morgado, 2004).

## O continuum educativo

A fim de podermos fazer uma ideia cabal do conceito de continuidade podemos metaforicamente recorrer à imagem de um rio cujas águas fluem continuamente pelas margens, pese embora a diversidade orográfica das mesmas. Correndo num *continuum*, as águas do rio não podem ser separadas, sob o risco de este perder a sua fluidez, alterar o seu caudal natural, perder a força da sua corrente. Não podemos, nessa perspetiva, olhar para a imensidão das águas da foz, sem termos em conta o minúsculo fio de água da nascente, o minúsculo regato, quilómetros acima da foz, ou mesmo as águas dos seus afluentes.

Esta metáfora faz-nos ver que num processo de continuidade temos de considerar não só o ponto terminal, como também o primeiro e o intermédio, numa perspetiva de unidade estrutural, articulada, cuja continuidade implica necessária evolução helicoidal, onde o momento seguinte assenta necessariamente no anterior.

Aplicando a substância da metáfora ao conceito de continuidade educativa poderemos encará-la como um processo de interdependência, onde cada subsistema educativo tem como missão consolidar e desenvolver articuladamente os parâmetros do anterior, criando as condições sustentadoras do subsistema seguinte.

Esta perspetiva, quando aplicada à educação pré-escolar, nem sempre encontra consenso, já que o próprio conceito da educação Pré-Escolar é, também ele, polissémico, o que dificulta, por vezes um certo entendimento no âmbito da continuidade. Esta perspetiva parece-nos clara na opinião de Matos Serra (2004, p.75), quando afirma que:

*Tentar entender a educação pré-escolar como uma continuidade regressiva ou antecedente, relativamente ao ensino básico, parece-nos uma ideia superficial que advém de duas premissas muito simples:*

*- Que a educação pré-escolar (como o próprio nome indica) é uma preparação para o ciclo seguinte, esquecendo que este nível tem como objetivo primordial a educação e o ensino (e daí julgarmos nós não esteja inserido no ensino básico);*

*- Que se tem uma ideia de desenvolvimento infantil como uma trajetória diagonal crescente (teoria behaviorista e desenvolvimentista), quando a esta ideia se contrapõe outra que defende o desenvolvimento em espiral, com avanços e retrocessos, tanto no campo cognitivo, como na maturidade global da pessoa.*

Sendo, efetivamente certo que a educação pré-escolar pertence ao sistema educativo, mas não ao sistema escolar, e que os seus objetivos essenciais, preconizados, quer na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86), quer na Lei Orgânica (Lei 5/97) apontam num sentido essencialmente educativo, não podemos esquecer que os conhecimentos adquiridos na educação pré-escolar serão sustentadores do desenvolvimento de competências, de emoções, imprescindíveis nas aprendizagens escolares dos subsistemas seguintes. Na educação pré-escolar educa-se, ensina-se e aprende-se, como nos ciclos seguintes se ensina, aprende e educa. Se a instrução, no restrito sentido do termo, não faz parte do desenvolvimento curricular do jardim de infância, tal não significa que aqui não se ensine, se não adquiram conhecimentos, se não façam aprendizagens.

Aliás a continuidade implica, como deixamos já antever, uma indispensável articulação entre os diversos subsistemas, como refere Dinello (1987, citado por Matos Serra, 2004, p.76), quando afirma que a continuidade educativa:

*É uma percepção exterior do fenómeno, enquanto que numa observação mais profunda se compreende a necessidade de uma articulação para o maior aproveitamento dos ciclos, certamente ligados, mas intrinsecamente diferenciados. Na*

*visão da continuidade aparece a imagem do produto objetivado, na articulação é o processo que se dimensiona.*

É nesta perspetiva que encaramos a continuidade educativa, razão pelo qual se considera a educação pré-escolar como o sustentáculo de todo o edifício do sistema educativo, na qual assenta a responsabilidade de iniciar o processo educativo, as bases que sustentarão a educação futura do indivíduo.

Todavia e como anteriormente referimos, esta continuidade implica articulação, para que lhe seja dada substantividade. De facto, a articulação faz a ligação entre os diversos momentos e processos educativos, dando assim consistência, eficácia e continuidade. Para que esta seja efetiva, necessário se tornam ligações estruturais e contextuais, que configurem a referida articulação, que a substancializem. Esta imbricância compreende-se com maior facilidade se recorrermos à imagem do comboio que, ao longe, parece uma estrutura única, contínua, mas que só o é pela articulação das diversas carruagens que o compõem (Dinello, 1987, citado por Serra, 2004, p.75).

O conceito da continuidade educativa não é uma ideia espúria, já que se encontra consolidada em normativos fundamentais como é o caso da Lei-Quadro da educação pré-escolar, Decreto-lei 5/97, e o da Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei 46/86. A análise dos dois documentos, nomeadamente do artigo 10º da Lei-Quadro e do artigo 7º da Lei de Bases, mostra-nos que os objetivos de um e outros subsistemas educativos não podem ser desenvolvidos senão através de uma continuidade educativa, que as Orientações Curriculares confirmam e relevam.

Aliás, o papel do educador no desenvolvimento de um processo educativo em continuidade vem claramente expresso no Despacho nº 5220/97 de 4 de agosto, quando afirma que:

*cabe ao educador promover a continuidade educativa num processo marcado pela entrada para a educação pré-escolar e a transição para a escolaridade obrigatória...*, pois que é também: *“função do educador proporcionar as condições para que cada criança tenha uma aprendizagem de sucesso na fase seguinte, competindo-lhe, em colaboração com os pais e em articulação com os colegas do 1º Ciclo, facilitar a transição da criança para a escolaridade obrigatória (Despacho nº 5220/97).*

Ao falar expressamente em articulação entre os dois subsistemas educativos, o normativo consubstancia inequivocamente o processo de continuidade, pecando apenas por não indicar os processos e/ou mecanismos que conduzam a tal articulação, já que, na prática, eles têm vivido isolados um do outro, realidade que a nova organização em territórios educativos e agrupamentos de escolas vem ajudar a remediar. A expressão normativa desta continuidade, que acabamos de constatar, é também proposta pelas estruturas curriculares dos dois subsistemas educativos. Com efeito, se atentarmos nas áreas de conteúdos propostas pelas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar e nas áreas de conteúdos programáticos do 1º Ciclo acabamos, certamente, por encontrar uma indubitável continuidade, como aliás, se pode constatar através da análise dos dados do Quadro I, que, ao revelarem a semelhança nominal das áreas curriculares nos reportam para uma possível identidade de domínios e conteúdos, propiciadores de uma efetiva articulação, de uma real continuidade, preconizada, aliás, como referimos já, por diversos dispositivos legais que apelam mesmo ao recurso a *“mecanismos que garantam a articulação sequencial com o ensino primário”* (Dec. Lei 542/79, Preâmbulo d)).



**Quadro I. Comparação entre as estruturas curriculares da Educação Pré-Escolar e do 1º. Ciclo**

Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar: Áreas de Conteúdos	Áreas Curriculares do 1º. Ciclo
Formação Pessoal e Social	Desenvolvimento Pessoal e Social
Conhecimento do Mundo	Estudo do Meio
Área da Expressão/Comunicação/Representação	
• Domínio das Expressões	
Movimento-Expressão Dramática	Expressão e Educação Física e Motora
Expressão Plástica	Expressão e Educação Dramática
Expressão Musical	Expressão e Educação Plástica
Expressão Musical	Expressão e Educação Musical
• Domínio da Linguagem e Literacia (linguagem escrita e oral)	Língua Portuguesa (Linguagem escrita e oral)
• Domínio da Matemática	Matemática

(fonte: Serra, 2007, p.84 – Adapt.)

A análise do respetivo quadro torna efetivamente clara um paralelismo nas vertentes curriculares, revelador de um processo de desenvolvimento com condições para ser contínuo e continuado, numa vertente de um processo global e globalizante que apesar de separado no tempo e formalmente por dois níveis diferentes, é um só e surge estruturalmente articulado, favorecendo, por isso, um desenvolvimento educativo de continuidade.

Depreende-se, assim que a continuidade educativa é um conceito polissémico, complexo, que aponta para uma sequência educativa articulada, entre ciclos, de modo que se possa encarar a educação como um processo global, onde cada etapa tem a sua especificidade, de acordo com os estádios de desenvolvimento da criança e os objetivos educativos, mas que não pode ser encarada como estanque, isolada das anteriores, ou tão pouco das seguintes.

Todos consideram que a continuidade deve ser uma prioridade, e deve ser o real fundamento de uma mudança que se adivinha e espera, embora se tenha a consciência de que os normativos, por si sós, não geram mudança. Recorde-se, a

propósito, que a grande reforma curricular do primeiro ciclo se dá em 1990, afirmando-se então que a reforma educativa:

*propõe uma conceção de educação integrada e um desenvolvimento a partir dos conhecimentos anteriormente adquiridos na fase da educação pré-escolar ou na vida familiar e na comunidade de origem de cada criança. A consciencialização deste continuum educativo não só facilitará uma conceção de educação integral e um desenvolvimento, como prestigiará a ação pedagógica neste ciclo escolar...* (ME, 1990, p.5).

No que se refere à educação pré-escolar, as Orientações Curriculares (1997), afirmam a continuidade educativa como processo que parte do que a criança já aprendeu, criando condições para o sucesso nas aprendizagens futuras, ajudando a criança a preparar-se para a escolaridade obrigatória. Este documento, orientador do desenvolvimento curricular no Jardim de Infância, releva a importância do momento de transição das crianças para o primeiro ciclo e salienta a necessidade, por nós já afirmada anteriormente, de que professores e educadores devem prestar uma atenção muito especial ao momento de transição, uma vez que

*a mudança de ambiente educativo provoca sempre a necessidade de adaptação por parte da criança que entra para um novo meio social em que lhe são colocadas novas exigências* (M.E./DEB, 1997, p.89).

Assim, uma análise dos dois documentos permite-nos divisar que um e outro trazem consigo quatro princípios essenciais para a continuidade educativa e que são: o *princípio da globalidade*, da *ação educativa*, o da *flexibilidade* e o da *integração das atividades educativas* (Marchão, 2002, p.35). Tais princípios surgem também expressos no Decreto-lei nº 6/2001, que fundamenta a revisão curricular da educação básica e expressam o modo de conceber o desenvolvimento curricular na educação pré-escolar, já que:

*Pensar na educação pré-escolar é, refletirmos sobre o que cada criança leva consigo, isto é, que mais-valias trouxe ao desenvolvimento de cada criança pequena o facto de ter partilhado um espaço construído a pensar nela, em contacto com outras crianças e com profissionais especializados, durante determinado período de tempo. Assim, pensar em currículo na educação pré-escolar é nele incutir todas as atividades (planeadas ou não), privilegiando-se também o currículo oculto e dando importância às relações sociais que as crianças estabelecem no contexto educativo (Serra, Costa e Portugal. 2004, p.50).*

Tal conceção de currículo é, favorecida pelos agrupamentos educativos de escolas, que vieram ajudar à articulação, na medida em que minimizaram até certo ponto, o isolamento a que estavam votados os espaços educativos de um e outros subsistemas.

A continuidade e articulação entre os dois subsistemas educativos, dentro da perspetiva pedagógica, podem ainda ser facilitadas pela proximidade do desenvolvimento curricular, pela valorização de experiências anteriormente adquiridas, pela sua sequência e aprofundamento, pela própria diluição dos processos de transição.

Uma análise, mesmo que sumária, dos dois normativos permite concluir que a continuidade entre a educação pré-escolar e o primeiro ciclo é algo que está consagrado nos objetivos fundamentais de um e outros subsistemas. Com efeito, se repararmos no objetivo fundamental da educação pré-escolar, concluiremos que ele preconiza o desenvolvimento pessoal e social da criança, objetivo que é comungado e continuado no primeiro ciclo, já que nele se procura a formação da criança enquanto cidadão responsável e interveniente. Ou seja, enquanto na educação pré-escolar se pretende que a criança se desenvolva numa perspetiva de aquisição da consciência democrática, no primeiro ciclo, prolonga-se esta perspetiva, continua-se tal objetivo com a participação responsável na

comunidade em que se está inserido. É uma comunidade articulada nos objetivos fundamentais.

O mesmo se constata no segundo objetivo, pois que, enquanto se procura que no pré-escolar a criança se integre em grupos socialmente diversos e comece a conhecer e respeitar a multiculturalidade, no primeiro ciclo aprofunda-se tal consciência numa participação coletiva, no sentido se aprofundar os valores socioculturais da própria nação portuguesa.

E se repararmos nos outros objetivos a perspetiva que fica é que na educação pré-escolar se procede a uma iniciação, à consciência de valores que o primeiro ciclo aprofunda, diversifica, consolida na vivência de um quotidiano mais rico, mais exigente, numa perspetiva de que o desenvolvimento é um processo contínuo e continuado onde o novo se consolida no anteriormente adquirido. Consta-se, assim, uma continuidade educativa, que se reflete numa determinada progressão de conteúdos, através de uma alargamento e aprofundamento das temáticas propostas.

Deste modo, parece-nos fundamental que o 1º ciclo se apoie nos conhecimentos e nas vivências que as crianças adquiriram ao longo da educação pré-escolar. É importante e é necessária a articulação que vai permitir que haja um crescimento apoiado, a nível das “atividades lúdicas e criativas da educação pré-escolar até às aprendizagens mais sistematizadas do ensino básico”. (Serra, 2004, p.56).

Devido às diferenças constatadas no estágio de desenvolvimento das crianças a frequentar estes dois níveis, em relação nos objetivos e nas metodologias específicos, necessário se torna estabelecer uma articulação curricular entre os diferentes níveis de educação para que deste modo se

possa respeitar a evolução natural a nível de educação da criança. Por isso, a continuidade só terá eficácia se implicar em si mesma uma eficiente articulação.

Daí a importância de uma articulação eficaz, pois que, através da articulação se consegue:

*estabelecer uma conexão entre as partes, de forma que escola e jardim de infância se organizem em função dos diferentes períodos de vida que as crianças atravessam, o que implica uma postura docente que conduza a um planeamento conjunto de atividades integradas (Serra, 2004, p.78).*

Esta postura de cooperação conjunta surge facilitada pela continuidade e articulação entre os domínios e as áreas de conhecimento.

Os referidos documentos valorizam os saberes que as crianças trazem consigo da educação pré-escolar ou da família, ou de ambas e estes saberes são considerados fundamentais para a aquisição de novas aprendizagens. No programa do 1º Ciclo do ensino básico e nas orientações curriculares verifica-se a preocupação de se construir de uma forma articulada o saber.

Nos dois documentos verifica-se ainda um empenhamento em dar-se uma resposta nas aprendizagens para todas as crianças, estando em articulação curricular verticalmente ligada à continuidade educativa, onde a responsabilidade de cada um dos agentes educativos intervenientes é devidamente relevada nos normativos, como é o caso do que se refere ao educador de infância a quem, de acordo com o Decreto-lei nº 5220/97, de 4 de agosto:

*cabe ao educador promover a continuidade educativa num processo marcado pela entrada para a educação pré-escolar e a transição para a escolaridade obrigatória (...). (neste sentido), é também função do educador proporcionar as condições para que cada criança tenha uma aprendizagem de sucesso na fase seguinte, competindo-lhe, em colaboração com os pais e em articulação com os*

*colega do 1º Ciclo, facilitar a transição da criança para a escolaridade obrigatória.*

Deduz-se então que os normativos preconizam uma continuidade e articulação educativas, processo que implica todo um conjunto de estruturas e sistema organizacional coerente e interativo, não bastando apenas a recomendação a professores e educadores, alertando para a sua responsabilidade nas estratégias tendentes a atenuar as descontinuidades entre os dois níveis educativos.

Tal interatividade e coerência encontram-se explícita num projeto educativo comum a um território educativo, projeto esse que pode ser desenvolvido de modo integrado entre a educação pré-escolar e o primeiro ciclo, considerando as suas especificidades estruturais e pedagógicas anteriormente afloradas.

Na verdade, quando o Dec. Lei 115 – A/98 artº 5º 1) refere que *“a criação de agrupamentos dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos de ensino, a partir de um projeto pedagógico comum”* pretende implementar a continuidade educativa, pressupõe que tal processo vem:

*Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica; superar situações de isolamento de estabelecimentos e prevenir a exclusão social; reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos, (idem a) b) c).*

Esta sequencialidade, que nos agrupamentos verticais se estende desde logo a outros níveis de ensino, nos horizontais fica-se pela educação pré-escolar e pelo primeiro ciclo, alicerçados na sua semelhança estrutural de monodocência, de educação e aprendizagens globalizadas, favorecedoras de uma maior continuidade e articulação.

Face ao que fica referido, cremos poder afirmar que os normativos legais que preconizam a continuidade e articulação entre a educação pré-escolar e o primeiro ciclo, não negam esta mesma continuidade nos ciclos seguintes, e existe todo um conjunto de circunstâncias estruturais que recomendam uma continuidade e articulação entre a educação pré-escolar e primeiro ciclo, circunstâncias essas que os normativos reconhecem e, conseqüentemente, fundamentam na defesa de uma continuidade articulada das aprendizagens entre os subsistemas educativos em análise.

Considera, que a articulação efetiva pode assumir três níveis, de acordo com o grau de empenhamento dos professores/educadores: a articulação curricular *ativa*, a *reservada* e a *passiva*.

Por isso e para que ela seja cada vez mais ativa, importa criar condições para que se ultrapassem constrangimentos que se alicerçam, muitas vezes, em constructos socioprofissionais, socioculturais e mesmo de cultura da escola.

O facto de se legislar, de se ministrarem orientações tendentes a articular e dar continuidade não move a vontade e atuação dos docentes implicados no processo. O facto de estar escrito que se deve fazer, não significa que se faça, quê se ultrapassem modos de agir e de pensar.

Hoje parece ser dado adquirido e indiscutível o reconhecimento da importância que a educação pré-escolar desempenha no sistema educativo português para dar consciência de que existem questões curriculares que lhe são inerentes e dão visibilidade ao seu processo educativo. Por outro lado, as teorias desenvolvimentistas têm alicerçado epistemologicamente a continuidade do processo de desenvolvimento da criança e a conseqüente necessidade de



uma continuidade educativa. Tais factos, são uma permanente chamada de atenção para a necessidade de se equacionarem

*práticas de articulação curricular entre os diversos níveis educativos, nomeadamente através de uma convergência de âmbito curricular, assente, sobretudo, no pressuposto de que a criança é um ser em desenvolvimento. (Serra, Costa e Portugal, 2004, p.57).*

A reorganização do sistema educativo, que junta num mesmo espaço ou território os diversos níveis, é o sustentáculo ideológico de uma escola de continuidade e articulação educativas, de uma escola *“como um espaço contínuo que a criança deve percorrer, sem sobressaltos nem barreiras intransponíveis, desde a educação pré-escolar ao 12º Ano”* (Ibidem), num processo de articulação, capaz de conduzir a uma harmonia que é, ao mesmo tempo, fator de diferenciação e de respeito pelo processo evolutivo natural de cada criança.

## **Conclusão**

De tudo o que foi dito, numa perspetiva de síntese global deste trabalho, podemos dizer que a Educação Pré-Escolar é o primeiro momento da Educação Básica, pelo que é fundamental que o 1º Ciclo do Ensino Básico articule as aprendizagens com a Educação Pré-Escolar.

O processo educativo e de aprendizagem é um processo contínuo e continuado, ao longo de todo o desenvolvimento humano e onde cada momento específico deve ser elo de ligação com o seguinte e anterior.

A organização das escolas/Jardins de Infância em agrupamentos, veio facilitar a continuidade educativa criando-



se a articulação, através de um Projeto Educativo comum; todavia a prática vem demonstrando que há ainda um longo caminho a percorrer.

A articulação exige dos professores do 1º Ciclo e dos educadores de infância uma atitude crítica, de responsabilidade e disponibilidade para, em conjunto e refletindo na e sobre a ação, ultrapassarem constrangimentos e construir verdadeiros elos de ligação entre os dois subsistemas educativos.

## Bibliografia

- COSTA, Victorino. (1995). A Educação pré-escolar em Portugal, que realidade, que desafios? (Tese de Mestrado em Análise e Organização de Ensino, apresentada à Universidade do Minho – policopiado)
- COSTA, Victorino. (2000). A Escola de ontem, de hoje e de amanhã. In Revista *Gil Vicente*, nº1 (4), pp. 108-115.
- COSTA, Victorino. (2002). Educação pré-escolar: das intenções aos Constrangimentos. In Revista *Gil Vicente*, nº3 (4), pp. 84-100.
- COSTA, Victorino. (2005). A Formação contínua de professores: do que foi ao que pode ser in Revista *ELO*, nº13, dezembro 2005, pp. 83-85.
- DINELLO, R. (1987). Atualização na educação infantil. Santa Maria: Palloti.
- FONSECA, VARELA DE FREITAS BARROSOS E SEQUEIRA, (1198). A Evolução do sistema educativo e o PRODEP. *Reflexões sobre Democratização, Qualidade, Modernização*. Lisboa: ME/GGF.
- LIBRERO, M<sup>a</sup>. Paz (1998). *Especialización del profesorado en educación infantil (0-6 años)*. Madrid: Universidad Nacional a la Distancia.
- MARCHÃO, Amélia de Jesus (2002). “Da formação de educadores e professores aos processos de construção e gestão do currículo na primeiras etapas da educação básica (Educação Pré-Escolar, 1º Ciclo)”. In *Aprender*, nº. 26, setembro, pp. 33-40.
- MARCHESI, Álvaro e GIL, Carlos Hernández, (2003). *El fracasso Escolar, una perspectiva internacional*. Madrid: Alianza Editorial.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1990). *Programa do 1º Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Ministério da Educação (1996). *Documento de Trabalho para as Orientações Curriculares* (policopiado). Lisboa: M.E./DEB.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1997). *Orientações para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: M.E/DPGF.
- MONGE, Maria Craciete (2002). Educação Pré-Escolar/ 1º. Ciclo do Ensino Básico – uma perspectiva continuidade educativa. In *Aprender*, nº 26, setembro, pp. 27-31.

- MORGADO, José (2004). *Qualidade na educação, um desafio para os professores*, Lisboa: Editorial Presença.
- PACHECO, J.A. (1996). *Currículo: teoria e praxis*. Porto: Porto Editora.
- SERRA, Célia M<sup>a</sup>. A. Matos (2004). *Currículo na Educação Pré-Escolar e articulação curricular com o 1º. Ciclo do Ensino Básico*. Porto: Porto Editora.
- SERRA, COSTA E PORTUGAL (2004). – “Da Educação Pré-Escolar ao 1º. Ciclo do Ensino Básico: (dê)sarticulação curricular num agrupamento vertical de escolas”. In Jorge Adelino Costa e All. (Org.), *Gestão curricular, percursos de investigação*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- SILVA, Isabel Lopes (2002). Ser professor do 1º Anos: que continuidade com a educação pré-escolar? In *Aprender*, nº 26, setembro, pp. 17-26.
- VASCONCELOS, Teresa (2002). *Ao redor da mesa Grande. A Prática Educativa de Ana*. Porto: Porto Editora.
- ZABALZA, Miguel Ángel (1992). *Planificação e desenvolvimento curricular na escola*. Porto: ASA

## Legislação

- Decreto-lei n.º 542/79**, de 31 de dezembro – Estatutos dos jardins de infância da rede pública.
- Decreto-lei n.º 46/86**, de 14 de outubro – lei de Bases do Sistema Educativo.
- Decreto-lei n.º 5/97**, de 10 de fevereiro – Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar.
- Decreto-lei n.º 147/97**, de 11 de junho – Regime jurídico do desenvolvimento da educação pré-escolar.
- Despacho nº 5220/97**, de 4 de agosto – Orientações curriculares para a Educação Pré-Escolar.
- Decreto-lei nº 115-A/98**, de 4 de maio – Regime de autonomia, administração e gestão do ensino não Superior: